



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIDÃO

-----**João Manuel Nunes Mendes**, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, desta Câmara Municipal, certifica, para os devidos efeitos, que na minuta da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia **27 de novembro de 2012**, consta uma deliberação do seguinte teor: -----

-----**“2.7.1 - PDM - PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - 1ª REVISÃO**-----

-----Pelo Presidente da Câmara foi presente a Proposta de Plano do PDM – Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital – 1ª revisão para análise e aprovação das alterações decorrentes da 7ª Reunião da CTA - Comissão Técnica de Acompanhamento, dos pareceres das ERAE - Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas e das entidades que não se encontram representadas na Comissão Técnica de Acompanhamento.-----

-----A solicitação do Sr. Presidente da Câmara esteve ainda presente a equipa técnica responsável pelo processo de Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal do Município de Oliveira do Hospital, composta pelo seu coordenador Prof. Lusitano dos Santos, Arquitecta Alexandra Henriques e Engª Graça, tendo o primeiro esclarecido que “a Câmara Municipal concluiu a revisão do PDM, tendo a Proposta de Plano sido aprovada em Reunião de Câmara a 7 de junho de 2011 e respetivo Relatório Ambiental aprovado em Reunião de Câmara a 22 de dezembro de 2011. A 9 de fevereiro de 2012 realizou-se a 7ª reunião de CTA na qual se apresentou e discutiu a Proposta de Plano e o respetivo Relatório Ambiental, tendo sido emanadas uma série de sugestões e alterações pelas entidades que a compõem e que constam da ata”.-----

-----O Prof. Lusitano dos Santos prosseguiu fazendo um breve historial dos trabalhos realizados desde aquela CTA, até à presente data, referindo que “de acordo com os procedimentos da revisão do PDM e atendo ao disposto no nº 3 do artigo 7º, do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, na sua atual redação foi, no seguimento da 7ª CTA, solicitada a emissão de parecer às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas, bem como, atento o disposto no artigo 22º da Portaria nº 1474/2007, de 16 de novembro, solicitada a emissão de parecer às entidades que não se encontram representadas na CTA”. Disse ainda que “no dia 11 de junho a Câmara recebeu o último parecer elaborado pelos serviços jurídicos da CCDR-C - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sendo que, no que se refere aos documentos fundamentais do plano, foram propostas alterações pelas seguintes entidades: Planta de Ordenamento: CCDR-C, DRAPC – Direção Regional Agricultura e Pescas do Centro, EP S. A. – Estradas de Portugal, DRCC - Direção Regional da Cultura do Centro, ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., ARHC - Administração de Região Hidrográfica do Centro, I. P., DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia, Turismo de Portugal S. A., INIR - Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P., ICP - Autoridade Nacional de Comunicações. Planta de Condicionantes: CCDRC, EP, S. A., ARHC, DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, INIR, ICP, Águas do Zêzere e Coa, REN – Redes Elétricas Nacional. Regulamento: CCDRC, DREC – Direção Regional de Educação do Centro, AFN - Autoridade Florestal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Nacional, DRAPC, EP S. A., DRCC, ARHC, DGEG, Turismo de Portugal, S. A., DGADR, INIR, IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.". Relativamente aos outros documentos que acompanham o plano, deu conta que foram propostas alterações pelas seguintes entidades: Relatório: CCDRC, EP S. A., ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., ARS - Administração Regional de Saúde, I. P., Delegado de Saúde, IDP - Instituto do Desporto de Portugal, IGP - Instituto Geográfico Português, Turismo de Portugal, S. A., INIR, Águas do Zêzere e Côa; Programa de Execução: INIR; Estudos de Caracterização: CCDRC, DRAPC, ARHC, IDP, Turismo de Portugal S. A., DREC, Águas do Zêzere e Côa; Relatório Ambiental: IGESPAR; Carta da Estrutura Ecológica Municipal: CCDRC, ICNB; Planta de Enquadramento: CCDRC; Carta dos Compromissos Urbanísticos: CCDRC; Ruído: CCDRC; Cartografia de referência, legendas das peças gráficas e limites administrativos: CCDRC, IGP". Mais esclareceu que "os pareceres emanados no âmbito da 7ª CTA e pelas entidades consultadas levaram a uma série de alterações nos documentos da Proposta de Plano que levaram a equipa do PDM a estabelecer diversos contactos realizando reuniões setoriais com entidades, nomeadamente a DRAPC e CCDRC para harmonizar as alterações e sugestões propostas ao plano". Referiu ainda "a Proposta de Plano que agora se apresenta a aprovação pela Câmara Municipal contém todas as alterações decorrentes da 7ª Reunião de CTA, dos pareceres das ERAE e das entidades que não se encontram representadas na CTA sendo a mesma constituída pelos seguintes documentos: -----

-----**Doc.1** - Regulamento; -----

-----**Doc.2** - Planta de Ordenamento, à escala 1/10 000, composta por 15 folhas e desdobrada em 5 desenhos: Des. 01.1.0 - Classificação e Qualificação do Solo; Des. 01.2.0 - Classificação de Zonas Sensíveis, Zonas Mistas e Identificação de Zonas de Conflito; Des. 01.3.0 - Estrutura Ecológica Municipal; Des. 01.4.0 - Património Cultural e Natural; Des. 01.5.0 - Ordenamento Florestal; -----

-----**Doc.3** - Planta de Condicionantes, à escala 1/10 000, composta por 15 folhas e desdobrada em 5 desenhos: Des. 02.1.1 - Recursos Naturais I - Recursos hídricos, geológicos, agrícolas e florestais; Des. 02.1.2 - Recursos Naturais II - Recursos agrícolas e florestais - povoamentos florestais percorridos por incêndios; Des. 02.1.3 - Recursos Naturais III - Recursos agrícolas e florestais - Classes de Risco Alta e Muito Alta; Des. 02.1.4 - Recursos Naturais IV - Recursos Ecológicos; Des. 02.2.1 - Património Edificado, Infraestruturas e Atividades Perigosas; -----

-----**Doc.4** - Relatório: Relatório Parte I: Enquadramento e Diagnóstico; Relatório Parte II: Proposta; Relatório Parte II: Proposta - Anexos; -----

-----**Doc.5** - Programa de Execução e Meios de Financiamento; -----

-----**Doc.6** - Des. 03.0.0 - Planta de Enquadramento Regional; -----

-----**Doc.7** - Des. 04.0.0 - Planta da Situação Existente, à escala 1/25 000; -----

-----**Doc.8** - Des. 05.0.0 - Planta com as Operações Urbanísticas Licenciadas e/ou em Apreciação, à escala 1/25000; -----

-----**Doc.9** - Mapa de Ruído: Relatório do Mapa de Ruído; Resumo não técnico; Des. 06.1.0 Folha 001 - Mapa de Ruído - Indicador de Ruído Lden, escala 1/25.000; 06.2.0 Folha 001 - Mapa de Ruído - Indicador de Ruído Ln, escala 1/25.000; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**Doc.10** – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI, composto por Relatório e Des. 07.0.0 Folha 001 – Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do Município; -----

-----**Doc.11** – Carta Educativa; -----

-----**Doc.12** – Mapa de Risco de Radão, composto por Relatório do Mapa de Risco de Radão nas Áreas Urbanas do Município de Oliveira do Hospital e Des. 08.0.0 Folha 001 – Mapa de Risco de Radão, escala 1/25000; -----

-----**Doc.13** – Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal, contendo a Cartografia dos Valores Naturais e das Orientações de Gestão, à escala 1/10000, composta por 15 folhas e desdobradas em 3 e 5 desenhos, respetivamente: Resolução de Conselho de Ministros nº 115-A/2008, de 21 de julho; Des. 09.1.1 – Cartografia dos Valores Naturais – Habitats; Des. 09.1.2 – Cartografia dos Valores Naturais – Flora; Des. 09.1.3 – Cartografia dos Valores Naturais – Fauna; Des. 09.2.1 – Cartografia das Orientações de Gestão – Agricultura e Pastorícia; Des. 09.2.2 – Cartografia das Orientações de Gestão – Silvicultura; Des. 09.2.3 – Cartografia das Orientações de Gestão – Construção e Infraestruturas; Des. 09.2.4 – Cartografia das Orientações de Gestão – Outros Usos e Atividades; Des. 09.2.5 – Cartografia das Orientações de Gestão – Orientações Específicas; -----

-----**Doc.14** – PROF-PIN – Plano Regional do Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte, composto por: Decreto Regulamentar nº 9/2006, de 19 de julho, Portaria nº 62/2011, de 2 de Fevereiro e Carta síntese do PROF-PIN; -----

-----**Doc.15** – Avaliação Ambiental Estratégica, composta por: Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico; -----

-----**Doc.16** – Estudos de Caracterização: 1 – Demografia; 2 - Atividades Económicas; 3 - Equipamentos Coletivos: 3.1 - Equipamentos de Educação; 3.2 - Equipamentos de Saúde; 3.3 - Equipamentos de Ação Social; 3.4 - Equipamentos de Cultura Recreio e Lazer; 3.5 - Equipamentos Desportivos; 3.6 - Outros Equipamentos; Planta dos Equipamentos de Utilização Coletiva à esc. 1/25000; 4 - Infraestruturas: 4.1 - Rede Rodoviária; Planta da Rede Rodoviária à Esc. 1/25000; 4.2 - Rede Ferroviária; 4.3 - Sistemas de Transportes Coletivos Rodoviários; 4.4 - Sistemas de Abastecimento de Energia Elétrica; Planta do Sistema de Abastecimento de Energia Elétrica, Esc. 1/25000; 4.5 - Sistemas de Iluminação Pública; Planta do Sistema de Iluminação Pública à Esc. 1/25000; 4.6 - Sistemas de Telecomunicações; Planta do Sistema de Telecomunicações à Esc. 1/25000; 4.7 - Sistemas de Abastecimento de Água; Planta dos Sistemas de Abastecimento de Água à Esc. 1/25000; 4.8 - Sistemas de Esgotos e Águas Residuais; Planta dos Sistemas de Esgoto das Águas Residuais à Esc. 1/25000; 5 – Habitação; 6 - Finanças Locais; 7 - Património Natural e Cultural; Planta do Património Natural e Cultural à Esc. 1/10000; 8 - Rede Urbana; 9 - Enquadramento Regional; -----

-----**Doc.17** – Estudos de Avaliação e proposta de Requalificação e Reclassificação do Solo Urbano: Avaliação da Execução do PDM em Vigor; Análise e Avaliação do Processo de Audição Prévia ao Público; Proposta de Plano – Requalificação e Reclassificação do Solo Urbano; -----

-----**Doc.18** – Processo de Desafetação das áreas de RAN: Relatório do Processo de Desafetação das áreas da RAN; Quadro 5 - Síntese do processo de Desafetação da RAN, contendo numeração sequencial das manchas a propor para desafetação, numeração da totalidade das manchas e pareceres anteriormente atribuídos, categoria de solo urbano para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que foram propostas para desafetação, área e justificação; Quadro 6 - Manchas de RAN com parecer favorável à sua desafetação; Quadro 7 - Desafetação da Reserva Agrícola Nacional; Desenho 001 – Processo de Desafetação da RAN – DL 73/2009 de 31 de março (Manchas de RAN com parecer favorável à sua desafetação) (Esc. 1/10 000), de 27 de fevereiro de 2012; Desenho 002 – Processo de Desafetação da RAN – DL 73/2009, de 31 de março (Manchas de RAN com parecer favorável à sua desafetação) (Esc. 1/10 000), de junho de 2012; Desenho 003 – RAN FINAL (Esc. 1/10 000), de junho de 2012; -----

-----**Doc.19** – Processo de Exclusão das áreas de REN: Relatório da Reserva Ecológica Nacional – Propostas para exclusão; Des. 01.1.0 – Carta da REN em Vigor; Des. 01.1.1 – Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo; Des. 02.1.1 – Carta da Estrutura Ecológica Municipal; Des. 03.1.1 – Carta das Áreas a Excluir da REN; Des. 04.1.1, 04.1.2, 04.1.3, 04.1.4 e 04.2.1 – Cartas com a proposta de delimitação da REN sobreposta às Servidões Administrativas e outras restrições de utilidade pública; -----

-----**Doc.20** – Pareceres das Entidades que compõem a CTA, ERAE e entidades que não se encontram representadas na CTA; Ofícios recebidos; Quadro síntese dos pareceres. -----

----- Relativamente ao processo de desafetação das áreas em RAN a Eng.^a Graça Cardoso referiu que na 7ª Reunião Plenária da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM, realizada no dia 09 de fevereiro de 2012, foi apreciada a proposta de desafetações das áreas incluídas em RAN – Reserva Agrícola Nacional. Disse igualmente que “na sequência desta 7ª CTA foi realizada, no dia 20 de abril de 2012, uma reunião setorial, nas instalações da DRAPC, onde foi feita uma nova aferição das manchas apresentadas para desafetar. Nesta fase, a orientação da DRAPC foi a de que não haveria desafetações da RAN em solo rural nem sobreposições, pelo que se procedeu à redelimitação dos Aglomerados Rurais e às Áreas de Edificação Dispersa que tinham áreas em sobreposição com a RAN, de modo a mantê-la. Excetuaram-se os espaços destinados a Equipamentos e outras Estruturas - Áreas de Recreio e Lazer, que ficou decidido mantê-los em sobreposição com a RAN”, tendo a **Câmara Municipal, deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável à Proposta de Desafetação das manchas da RAN e à proposta de Delimitação da RAN que corresponde à RAN bruta depois de excluídas as manchas com parecer favorável. (Doc.18).** -----

-----**Ainda sobre este assunto e no que se refere ao processo de Exclusão das Áreas de REN e aprovação da delimitação da REN**, a equipa técnica esclareceu que o processo teve os seguintes trâmites: A proposta delimitação da REN e propostas de exclusão da REN dos perímetros urbanos encontravam-se aprovadas em sede de CTA desde 15 de novembro de 2006. Após esta CTA, em 2007, a CM enviou à CCDDR-C o processo de alteração da delimitação da REN, contendo as propostas de exclusão da REN sobre os perímetros urbanos, de acordo com as orientações desta entidade. Em dezembro do mesmo ano a CCDDR-C dá conhecimento de novas orientações na organização do processo da proposta de delimitação da REN para enviar à Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN) e informa que este só seguirá para a CNREN após a emissão do Parecer Final da CTA. Por último a Câmara Municipal reorganiza o processo de acordo com as novas orientações e aguarda instruções. Pelos mesmos foi ainda referido que em julho de 2012, a CCDDR-C informa a Câmara Municipal de novas orientações por parte da CNREN para a delimitação da REN nos municípios e para a justificação dos pedidos de exclusão da REN sobre os perímetros urbanos. A CCDDR-C elabora nova carta de REN, de acordo com as orientações da CNREN,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

tendo como base a cartografia homologada fornecida pela Câmara Municipal, e as Áreas Urbanas Consolidadas (DR 9/2009) delimitadas pela Câmara Municipal e utilizadas para justificar os perímetros urbanos. A 15 de outubro a Câmara Municipal recebe da CCDR-C a nova delimitação da REN constando de um relatório denominado 'Memória Descritiva da Proposta de Revisão da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Concelho de Oliveira do Hospital' e da Carta da REN bruta para o concelho de Oliveira do Hospital, elaborada à escala 1/10000, com os sistemas biofísicos identificados: Leitos dos Curso de Água, Cabeceiras de Linhas de Água, Áreas de Máxima Infiltração, Áreas com risco de Erosão e Zonas Ameaçada pelas Cheias. Com base nestes documentos, a Câmara Municipal organiza o processo de exclusão das áreas de REN sobre os perímetros urbanos (**Doc.19**). Esclareceram igualmente que deste processo resultaram 10 manchas a propor para exclusão. Destas 10 manchas, a mancha C1 diz respeito à proposta de exclusão de uma área efetivamente já comprometida e as manchas E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9 dizem respeito a propostas de exclusão de áreas para satisfação de carências existentes. -----

----- **Considerando que o processo de revisão do PDM de Oliveira do Hospital, para ser submetido a conferência de serviços que antecede a discussão pública, necessita de ser acompanhado pela proposta de delimitação da REN, e que, de acordo com o n.º 7 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, as propostas de delimitação da REN devem ser acompanhadas por parecer dos municípios interessados, a Câmara Municipal, nos termos do n.º 7 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março, verificando a adequabilidade entre a proposta de redelimitação da REN e a proposta de ordenamento, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável às propostas de delimitação da REN e de exclusão das áreas da REN sobre os perímetros urbanos propostos, sendo que, a proposta de delimitação da REN final irá corresponder à REN Bruta depois de excluídas as manchas com parecer favorável da Comissão Técnica de Acompanhamento da revisão do PDM de Oliveira do Hospital.** -----

----- Relativamente às alterações à Proposta de Plano e depois de questionada pelo vereador Mário Alves, a Arquitecta Alexandra Henriques fez uma apresentação em PowerPoint das principais alterações ocorridas no âmbito dos pareceres das entidades, documento que se dá como anexo à ata da respetiva reunião, nomeadamente: -----

----- A Planta de Ordenamento passará a estar desdobrada em 5 desenhos: -----

----- **Des.01.1.0** – Classificação e Qualificação do Solo, contendo a proposta de ordenamento através da Classificação e Qualificação do solo; -----

----- **Des.01.2.0** – Classificação de Zonas Sensíveis, Mistas e Identificação de Zonas de Conflito, contendo a definição das zonas sensíveis, mistas e identificação das zonas de conflito; -----

----- **Des.01.3.0** – Estrutura Ecológica Municipal, contendo nova informação de acordo com orientações das entidades, em que a Estrutura Ecológica em Solo Rural inclui: RAN; REN; Cartografia das Orientações de Gestão do Sítio do Carregal do Sal; Cartografia das Populações de *Narcissus scaberulus* do Sítio do Carregal do Sal; Corredor Ecológico do Mondego – PROF Dão Lafões; Corredor Ecológico do Alva e Rio de Cavalos – PROF Pinhal Interior Norte; Corredor Ecológico do Alva e Seia – PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal Beira Interior Norte; Corredor Ecológico do Alvôco; Áreas de Recreio e Lazer, e a Estrutura Ecológica em Solo Urbano inclui os Espaços Verdes; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

-----**Des.01.4.0** – Património Cultural e Natural contém o levantamento do património cultural e natural classificado, em vias de classificação, a propor para classificação, de interesse cultural e os sítios arqueológicos não classificados; -----

-----**Des.01.5.0** – Ordenamento Florestal contém as sub-regiões homogéneas definidas no PROFPIN e a rede de defesa da floresta contra incêndios, incluindo a rede primária de faixas de gestão de combustível. -----

-----A Arquitecta Alexandra Henriques mais referiu que “quanto à edificação turística, foram eliminados da planta de ordenamento os espaços de ocupação turística isolados em solo rural e os espaços de ocupação turística em solo urbano, permanecendo o NDT de Vale dos Sonhos e criam-se as Aldeias Turísticas do Vieiro, Vale Ferro e Aldeia do Colcurinho, permitindo nestas áreas o uso habitacional com o uso turístico. À exceção destas áreas, o uso turístico passa somente a ser regulamentado no Regulamento”. -----

-----Esclareceu que quanto à defesa da floresta contra incêndios, “foram introduzidas em regulamento as regras de edificabilidade definidas no Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios”. -----

-----Referiu ainda que foi delimitado o zonamento acústico, definindo-se as áreas sensíveis, mistas e identificadas as áreas de conflito. -----

-----Disse igualmente que foi redefinido o Espaço Natural, sendo este delimitado pela cartografia das populações de *Narcissus scaberulus*, do Sítio do Carregal do Sal, salvaguardando-se o cumprimento das Orientações de Gestão do Sítio do Carregal do Sal, transcritas para o regulamento (art.º 7º). -----

-----Esclareceu também que “os Espaços Agrícolas e Espaços Florestais foram redefinidos tendo em consideração que os que se encontram dentro do Sítio do Carregal do Sal são de Conservação e os que se encontram fora desta área são de Produção”. Mais referiu que “nos Espaços Agrícolas e Espaços Florestais as regras de edificabilidade (artº 17º, artº 18º) foram redefinidas, salientando-se a regra para construção de novas edificações para fins habitacionais de quem exerça atividade agrícola ou atividades conexas ou complementares à atividade agrícola, que determina o seguinte: comprovação da inexistência de qualquer outra habitação na mesma exploração agrícola e de alternativas de localização; Área mínima do prédio: 3,25 hectares, com a exceção das seguintes freguesias, onde a área mínima do prédio é de 2 hectares: Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Ervedal da Beira, Meruge, São Sebastião da Feira, Santa Ovaia e Travanca de Lagos; a habitação deve ser de tipologia unifamiliar; o número de pisos não pode ser superior a dois, acima da cota média da área de implantação; Altura da Fachada: 6,5 m; Área total de Implantação (ΣA_i): máximo de 300 m²”. -----

-----Realçou finalmente que se atualizaram e reformularam diversos documentos que constituem o plano, de acordo com o solicitado nos pareceres das entidades, salientando que, “para que se possa realizar a Discussão Pública e a aprovação pela Assembleia Municipal, deverá ainda ser realizada a última reunião de CTA, em Conferência de Serviços, na qual será emitido o Parecer Final sobre o plano”. -----

-----Pelo exposto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável a todas as alterações agora efetuadas à Proposta de Plano que tinha sido aprovada em reunião camarária de 7 de junho de 2011. São anexados à ata da respetiva reunião os documentos fundamentais do Plano, e que são os seguintes: -----

-----**Doc.1 – Regulamento;** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- Doc.2 – Planta de Ordenamento, à escala 1/10 000, composta por 15 folhas e desdobrada em 5 desenhos: Des. 01.1.0 – Classificação e Qualificação do Solo; Des. 01.2.0 – Classificação de Zonas Sensíveis, Zonas Mistas e Identificação de Zonas de Conflito; Des. 01. 3.0 – Estrutura Ecológica Municipal; Des. 01. 4.0 – Património Cultural e Natural; Des. 01. 5.0 – Ordenamento Florestal; -----

----- Doc.3 – Planta de Condicionantes, à escala 1/10 000, composta por 15 folhas e desdobrada em 5 desenhos: Des. 02.1. 1 – Recursos Naturais I – Recursos hídricos, geológicos, agrícolas e florestais; Des. 02.1.2 – Recursos Naturais II – Recursos agrícolas e florestais – povoamentos florestais percorridos por incêndios; Des. 02.1.3 – Recursos Naturais III – Recursos agrícolas e florestais – Classes de Risco Alta e Muito Alta; Des. 02.1.4 – Recursos Naturais IV – Recursos Ecológicos; Des. 02.2.1 – Património Edificado, Infraestruturas e Atividades Perigosas.” -----

----- É o que me cumpre certificar. Paços do Município de Oliveira do Hospital, 7 de dezembro de 2012. -----